

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 20.200.2015-60

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Acrelândia-Acre

NATUREZA: Tomada de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Acrelândia, exercício de 2014, convertida em Tomada de Contas Especial

RESPONSÁVEL: Jonas Dales da Costa Silva

PROCURADOR: José Ulineide Benigno Gomes

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 10.267/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Acrelândia-Acre. Irregular. Multa Individualizada. Tomada de Contas. Notificação ao Prefeito e responsável Contábil. Encaminhamento ao Ministério Público Estadual. Encaminhamento da decisão ao Conselho Regional de Contabilidade. Dar conhecimento desta decisão do Conselho Municipal de Saúde e FUNDEB. Encaminhamento deste Parecer Prévio à Câmara Municipal de Acrelândia para providências.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **acordam** os Membros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1)** Pela emissão de Acórdão, com fundamento no inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, alíneas 'a' e 'b', considerando **IRREGULAR** as contas de **gestão** referente a **Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Acrelândia, exercício de 2014, convertida em Tomada de Contas Especial**, de responsabilidade do Sr. Jonas Dales da Costa Silva, Prefeito, em face das

seguintes falhas e irregularidades: **a)** abertura de créditos adicionais, sem a indicação da respectiva fonte de recursos (artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964); **b)** emissão de empenho de despesas (repasse de duodécimo ao legislativo), em valor superior ao limite dos créditos autorizados na LOA (Lei Municipal nº 521/2013 c/c artigo 59 da Lei Federal nº 4.320/1964); **c)** despesa total de pessoal do município ter atingido o percentual de 75,43%, do total da RCL (artigo 19, inciso III da LRF nº 101/2000); **d)** despesa com pessoal do Poder Executivo, isoladamente, atingir o percentual de 73,19% do total da RCL (artigo 20, inciso III, 'b' da LRF nº 101/2000); **e)** descumprimento da meta de Resultado Primário estipulado no Anexo II da LDO (Lei Municipal nº 504/2013 e artigo 9º, da LRF nº 101/2000); **f)** impropriedades apresentadas nos Demonstrativos Contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial), bem como a Demonstração das Variações Patrimoniais (artigo 85 e seguintes da Lei Federal nº 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada no Setor Público-5ª edição e a Portaria da STN/MF 437/2012); **g)** envio incompleto dos itens obrigatórios do Anexo IV, do Manual de Referência TCE/AC (artigos 1º e 2º da Resolução TCE/AC nº 087/2013); **h)** não encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde (artigo 36, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 141/2012); **i)** não envio do Parecer do Conselho do FUNDEB (artigo 27, da Lei nº 11.494/20017); **j)** não encaminhamento, em sua totalidade, da documentação solicitada por esta Corte de Contas (artigo 38, da Lei Complementar nº 38/1993 c/c artigo 1º da Resolução TCE/AC 087/2013); **l)** não criação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal (artigos 31 e 74 da CF/1988 e artigo 23 da CE/1989 c/c com a Resolução TCE/AC nº 076/2012); **m)** contratação de serviços de locação de sistemas informatizados sem a realização de procedimento licitatório (artigos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993); **n)** não confirmação com clareza do saldo financeiro que se transfere para o exercício seguinte (fl. 100. do RT); 2) **EM DESTAQUE:** **a)** abertura de Tomada de Contas Especial para apurar o verdadeiro saldo financeiro que se transfere para o exercício seguinte, sob pena de levar tal inconsistência para às próximas edições da matéria; **b)** aplicar multa,

individualizada, no valor de R\$ 3.570,00, aos Senhores Jonas Dales da Costa Silva (Prefeito) e Aparecido Colombo (Contador), fundamentado no artigo 89, inciso II, sendo a mesma recolhida aos cofres do Estado no prazo de 30 (trinta) dias e de tudo dando ciência a esta Corte de Contas. Em caso de descumprimento do prazo estipulado, autorizar a cobrança da dívida nos termos do artigo 58, inciso III, alínea 'b' da LCE/TCE/AC nº 38/1993; c) notificar os Senhores Jonas Dales da Costa Silva (Prefeito) e Aparecido Colombo (Contador) do resultado desta decisão para que tomem conhecimento e providências que o caso requer, dentro do prazo acima estipulado; d) notificar o atual gestor da Prefeitura Municipal de Acrelândia para que tome conhecimento desta decisão e adote as devidas providências para a correção das irregularidades acima expostas para às próximas edições da matéria e de tudo dando conhecimento a esta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade legal; e) pelo encaminhamento de cópia da decisão ao Ministério Público do Estado do Acre, nos termos do artigo 36, inciso VI, da LCE nº 38/1993, para conhecimento e adoção das providências que entender necessárias; f) pelo encaminhamento de cópia desta decisão ao Conselho Regional de Contabilidade para conhecimento e providências adequadas à conduta ética e profissional do contador; g) dar conhecimento desta decisão aos Conselhos Municipal de Saúde e FUNDEB. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antonio Jorge Malheiro. Após as formalidades de estilo pelo arquivamento do Feito.

Rio Branco, 27 de abril de 2017.

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente:

Mario Sérgio Neri de Oliveira
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC